



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

CONTROLADOR INTERNO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **10**.

Por que temos filhos?

A pergunta do título comporta vários níveis de resposta. No plano biológico, a reprodução é um imperativo, fazendo parte de várias das definições de vida. Mas a biologia é só parte da história. A paternidade também encerra dimensões culturais, econômicas e emocionais.

Inspirado em “Anti-Pluralism”, de William Galston, arrisco algumas reflexões sobre a matéria.

Até o começo do século 19, filhos eram um ativo econômico. Ajudavam desde cedo com o trabalho doméstico, colaborando para o bem-estar da família, e ainda faziam as vezes de plano de aposentadoria para os pais.

Hoje, contudo, crianças ficaram caras. E, para piorar, elas demoram muito até começar a trazer contribuições econômicas. Como observa Galston, no espaço de dois séculos, a criação de filhos deixou de ser um bem privado para tornar-se um bem público.

Embora a paternidade possa trazer recompensas emocionais, do ponto de vista estritamente econômico, ela favorece a sociedade como um todo, enquanto a maior parte dos custos recai sobre os genitores.

E por que crianças beneficiam a sociedade? A crer na análise de economistas como Julian Simon, riqueza são pessoas. Quanto mais gente, melhor, já que são indivíduos que têm ideias (além de consumir produtos) e são as novas ideias que vêm assegurando o brutal aumento de produtividade a que assistimos nos últimos 200 anos.

E isso nos coloca diante de um dos grandes dilemas dos tempos modernos. Para assegurar a sustentabilidade da exploração dos recursos naturais do planeta, precisaríamos estabilizar ou até reduzir a população. Só que fazê-lo é uma espécie de suicídio econômico, já que ficaria muito difícil manter taxas positivas de crescimento, sem as quais instituições como previdência e até democracia representativa podem entrar em colapso.

(Hélio Schwartzman. *Folha de S.Paulo*. 18.11.2018. Adaptado)

01. Segundo o texto,

- (A) a paternidade representa hoje, assim como nos séculos passados, a certeza de auxílio doméstico e a expectativa de futura aposentadoria.
- (B) os filhos simbolizaram, ao longo dos séculos passados, um investimento caro, que poderia inclusive comprometer a aposentadoria dos pais.
- (C) a percepção sobre o papel dos filhos manteve-se historicamente inalterada, já que continuam sendo vistos como essenciais para o bem-estar da família.
- (D) economicamente, a geração de crianças é atualmente vista como um bem público, já que elas beneficiam a sociedade de diferentes maneiras.
- (E) a mentalidade segundo a qual crianças trazem benefícios econômicos para a sociedade vem sendo questionada, já que elas demoram a gerar riquezas.

02. A frase “E isso nos coloca diante de um dos grandes dilemas dos tempos modernos.” refere-se à seguinte informação:

- (A) a recompensa pela paternidade estaria resumida aos laços de afetividade familiar.
- (B) a geração de novas crianças onera igualmente as famílias, o estado e toda a sociedade.
- (C) a falta de consenso entre os economistas quanto aos efeitos do aumento populacional.
- (D) a análise segundo a qual pessoas geram riquezas, então, quanto mais pessoas, melhor.
- (E) a necessidade de aumentar a baixa produtividade registrada nos últimos 200 anos.

03. Conforme opinião do autor, constitui um dos mais importantes dilemas da atualidade

- (A) a emergência de as famílias assumirem mais despesas com os filhos, já que os custos da paternidade pesam sobre estado, onerando-o cada vez mais.
- (B) a necessidade de contenção do aumento populacional, visando atenuar a exploração dos recursos naturais, e as consequências econômicas dessa medida.
- (C) a percepção da paternidade a partir do viés econômico, colocando em segundo plano as dimensões cultural e afetiva que envolvem as relações familiares.
- (D) a decisão entre manter ou impor controle sobre os altos índices de produtividade dos últimos anos, para ajustá-los à tendência de queda nos níveis de consumo.
- (E) o aumento sistemático da produtividade fundado na crença, muito combatida por economistas, de que quanto mais pessoas maior a geração de riqueza.

04. Considere as frases:

- No plano biológico, a reprodução é **um imperativo**...
- A paternidade também **encerra** dimensões culturais...
- ... do ponto de vista **estritamente** econômico...

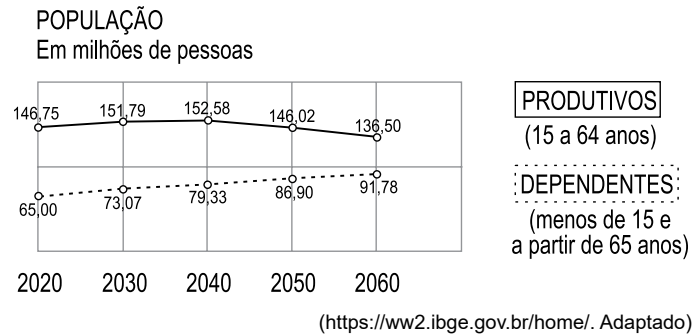
As expressões destacadas nas frases têm como sinônimos adequados ao contexto

- (A) uma imposição; contém; precisamente.
- (B) um propósito; estende; plenamente.
- (C) um estímulo; propicia; manifestamente.
- (D) uma obsessão; sobrepõe; devidamente.
- (E) uma afirmação; atenua; incontestavelmente.

05. A frase do quarto parágrafo “Hoje, contudo, crianças ficaram caras.” estabelece, em relação ao que é enunciado no parágrafo anterior, relação com sentido de
- (A) causa.
 - (B) condição.
 - (C) contraste.
 - (D) finalidade.
 - (E) proporção.
06. O termo “até”, em destaque nas frases: “... instituições como previdência e **até** democracia representativa podem entrar em colapso.” / “**Até** o começo do século 19, filhos eram um ativo econômico.” expressa circunstância de
- (A) inclusão e de tempo, respectivamente.
 - (B) modo, em ambas as ocorrências.
 - (C) tempo e de modo, respectivamente.
 - (D) inclusão, em ambas as ocorrências.
 - (E) tempo, em ambas as ocorrências.
07. Assinale a alternativa em que o pronome que substitui a expressão destacada está em conformidade com a norma-padrão de uso e de colocação dos pronomes.
- (A) A pergunta do título comporta **vários níveis de resposta**. / A pergunta do título lhes comporta.
 - (B) A paternidade também encerra **dimensões culturais**... / A paternidade também encerra-lhes...
 - (C) ... demoram muito até começar a trazer **contribuições econômicas**. / ... demoram muito até começar a trazer-nas.
 - (D) Para assegurar **a sustentabilidade**... / Para lhe assegurar...
 - (E) ... ficaria muito difícil manter **taxas positivas de crescimento**... / ... ficaria muito difícil mantê-las...
08. Assinale a alternativa em cuja redação há emprego de palavra ou expressão em sentido figurado.
- (A) Mas a biologia é só parte da história.
 - (B) Ajudavam desde cedo com o trabalho doméstico...
 - (C) ... elas demoram muito até começar a trazer contribuições econômicas.
 - (D) E por que crianças beneficiam a sociedade?
 - (E) Só que fazê-lo é uma espécie de suicídio econômico...
09. Assinale a alternativa em que a reescrita da frase do texto atende à norma-padrão de pontuação.
- (A) Dimensões culturais, econômicas e emocionais, também se encerram, na paternidade.
 - (B) Colaboravam desde cedo, para o bem-estar, da família, ajudando nos trabalhos domésticos.
 - (C) Crianças, por demorarem muito a contribuir economicamente com os pais, ficaram caras.
 - (D) A criação de filhos, perdeu a condição de bem privado, passando a ser um bem público.
 - (E) Embora traga recompensas emocionais, o custo da paternidade, é alto para os genitores.
10. Com a substituição do verbo destacado na frase “... são as novas ideias que vêm assegurando o brutal aumento de produtividade a que **assistimos** nos últimos 200 anos.”, a redação atende a norma-padrão de regência verbal em:
- (A) ... assegurando o brutal aumento de produtividade à que **percebemos** nos últimos 200 anos.
 - (B) ... assegurando o brutal aumento de produtividade que **constatamos** nos últimos 200 anos.
 - (C) ... assegurando o brutal aumento de produtividade de que **verificamos** nos últimos 200 anos.
 - (D) ... assegurando o brutal aumento de produtividade em que **presenciamos** nos últimos 200 anos.
 - (E) ... assegurando o brutal aumento de produtividade com que **acompanhamos** nos últimos 200 anos.

Considere as informações a seguir para responder às questões de números **11** e **12**.

O gráfico a seguir mostra uma projeção para as próximas décadas da população brasileira dividida em dois grupos: economicamente produtivos e economicamente dependentes.

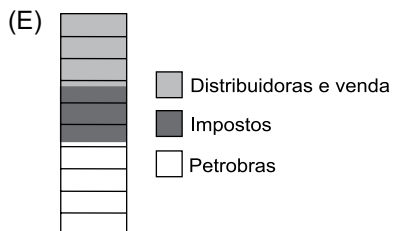
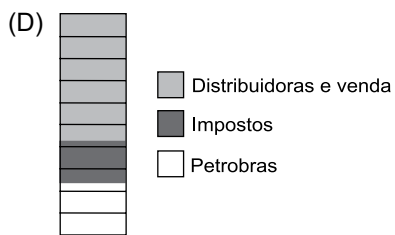
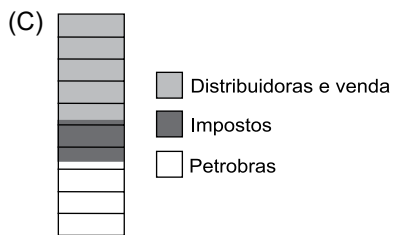
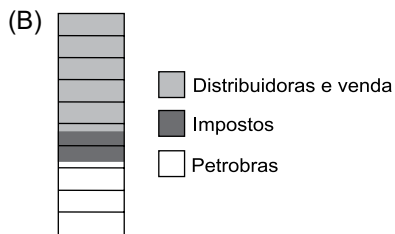
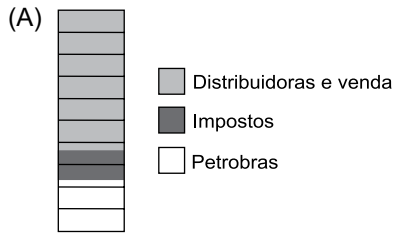


- 11.** Segundo os valores apresentados, a população brasileira atingirá seu maior número em
- (A) 2020.
- (B) 2030.
- (C) 2040.
- (D) 2050.
- (E) 2060.
- 12.** A razão entre a projeção da população economicamente dependente e da população economicamente produtiva, nessa ordem, será mais próxima de $\frac{4}{9}$ no ano de
- (A) 2020.
- (B) 2030.
- (C) 2040.
- (D) 2050.
- (E) 2060.

13. O valor que o consumidor paga no botijão de gás de cozinha de 13 kg é constituído de três partes: uma é o valor cobrado pela Petrobras para fornecer o gás; a segunda corresponde ao valor dos impostos que o governo cobra ao longo de todo o processo e a terceira é o valor das taxas de distribuição e de venda final.

Considere, por exemplo, que, no final de novembro de 2018, um botijão custava R\$ 70,00. Desse valor, R\$ 23,10 era o valor cobrado pela Petrobras, R\$ 13,30 era o valor dos impostos do governo e o restante era o valor da taxa de distribuição e de venda.

O gráfico que ilustra corretamente o percentual dos valores que compõem o preço do exemplo em questão é

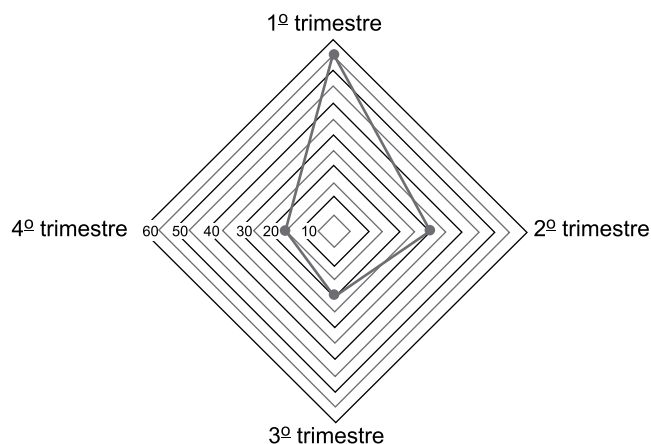


14. Uma pesquisa feita no Brasil mostrou os carros que mais desvalorizam ao longo de um ano. Para tanto, a pesquisa levou em consideração o preço do carro zero quilômetro e o preço do carro exatamente um ano após a retirada da concessionária, de acordo com um *site* especializado em revenda. Dado que o primeiro colocado nessa pesquisa desvalorizou 19,8% e seu preço com um ano de uso era igual a R\$ 88.220,00, a desvalorização desse carro com um ano de uso foi igual a

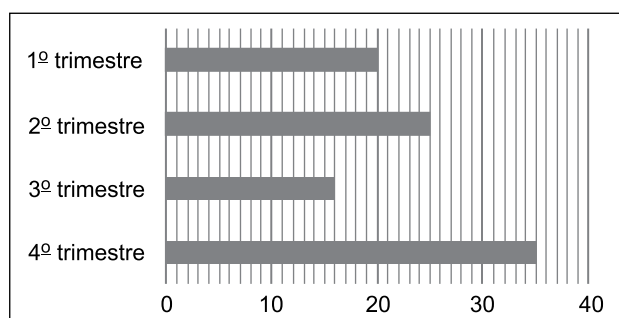
- (A) R\$ 17.500,00.
 (B) R\$ 18.650,00.
 (C) R\$ 19.800,00.
 (D) R\$ 20.200,00.
 (E) R\$ 21.780,00.

15. O volume médio de chuva é igual a razão entre o volume total de chuva e o número de dias chuvosos. Considere os gráficos a seguir, que apresentam dados relativos à quantidade de chuva em uma cidade ao longo de um ano.

O primeiro apresenta o número de dias chuvosos para cada trimestre.



O segundo traz o volume médio de chuva, em mm, para esses mesmos períodos.



Segundo os dados apresentados nos gráficos e considerando o volume total de chuva para cada trimestre, tem-se que o maior volume e o menor volume de chuva foram registrados, respectivamente, no

- (A) 1º e 3º trimestres.
 (B) 1º e 4º trimestres.
 (C) 2º e 3º trimestres.
 (D) 2º e 4º trimestres.
 (E) 4º e 3º trimestres.

16. Um vendedor retornou ao escritório às 13h00, após visitar 8 clientes. Ele se comprometeu a enviar 3 orçamentos de pedidos para cada cliente até as 18h00 do mesmo dia. Para cumprir o acordado, ele terá, em média, que produzir e enviar cada orçamento em, no máximo,

(A) 12 minutos e 30 segundos.
(B) 12 minutos e 50 segundos.
(C) 20 minutos e 50 segundos.
(D) 37 minutos e 30 segundos.
(E) 37 minutos e 50 segundos.

17. Especialistas em segurança no trânsito apontam que a distância mínima D , em metros, necessária para que dois motoristas de habilidade média, conduzindo veículos que percorram, em sentidos opostos, uma mesma faixa de tráfego, possam evitar o choque frontal, recorrendo aos freios, pode ser obtida, de modo simplificado, pelo seguinte cálculo:

$$D = 2 \cdot (0,5 \cdot V + 0,01 \cdot V^2)$$

Na expressão indicada, V corresponde à velocidade máxima permitida, em km/h, que cada um dos veículos pode manter, no referido trecho, com V positivo.

A distância mínima de 300 m, necessária para evitar o choque frontal, está associada a uma velocidade V igual a

(A) 60 km/h.
(B) 80 km/h.
(C) 100 km/h.
(D) 120 km/h.
(E) 150 km/h.

18. Tadeu pretende instalar em sua residência um painel fotovoltaico para produção de sua própria energia. O resultado será uma economia mensal de $2/3$ na sua conta de energia elétrica. O investimento de Tadeu para aquisição do painel será de R\$15.000,00 e, baseado no valor médio mensal da conta de energia elétrica, estima-se que depois de 50 meses a economia acumulada na conta de energia elétrica será igual ao valor pago pelo equipamento.

Segundo essa estimativa de retorno, o valor médio da conta mensal de energia elétrica da casa de Tadeu antes da compra do painel é igual a

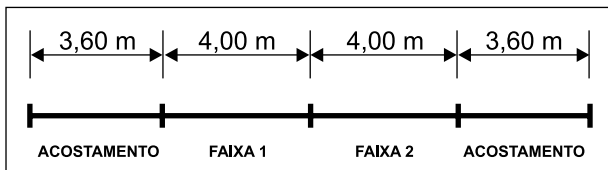
(A) R\$ 300,00.
(B) R\$ 350,00.
(C) R\$ 400,00.
(D) R\$ 450,00.
(E) R\$ 500,00.

19. Uma empresa está organizando um evento para o lançamento de um novo produto. O responsável pelo evento solicitou o orçamento de brindes montados com sacolas, agendas ou canetas para distribuição no dia. O esquema a seguir ilustra três possibilidades de brindes e seus respectivos custos:

OPÇÃO DE BRINDE	CUSTO DO BRINDE
	R\$ 6,50
	R\$ 6,40
	R\$ 7,30

Por fim, o responsável pelo evento acabou solicitando nova cotação, em que era oferecida uma unidade de cada item. Mantidos os preços, essa nova opção de brinde deverá custar

- (A) R\$ 8,00.
 (B) R\$ 7,70.
 (C) R\$ 7,40.
 (D) R\$ 7,10.
 (E) R\$ 6,80.
20. Uma empresa foi contratada para recapear 3,5 km de extensão de uma rodovia, incluindo o acostamento. O esquema a seguir apresenta a largura das faixas e do acostamento da via que será recapeada.



Considerando que será aplicada uma mesma espessura de massa asfáltica ao longo de toda a via e que o metro quadrado da superfície a ser recapeada foi orçado em R\$ 75,00, o preço total dessa obra será um valor

- (A) inferior a R\$ 3.500.000,00.
 (B) entre R\$ 3.500.000,00 e R\$ 3.800.000,00.
 (C) entre R\$ 3.800.000,00 e R\$ 4.100.000,00.
 (D) entre R\$ 4.100.000,00 e R\$ 4.400.000,00.
 (E) superior a R\$ 4.400.000,00.

21. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Serrana, no que diz respeito aos seus bens, pode-se afirmar como correto que

- (A) a alienação de bens do Município só se dará em obediência ao que for determinado em lei estadual.
- (B) o Município tem direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu território.
- (C) qualquer forma de alienação de bens imóveis deverá ser feita por contrato de permissão de uso, conforme os termos de lei municipal específica.
- (D) o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito por autorização quando não houver interesse público.
- (E) a concessão administrativa dos bens públicos de uso comum dependerá de publicação de Decreto expedido pelo Prefeito.

22. A Lei Orgânica do Município de Serrana disciplina que não será admitido aumento de despesa prevista nos projetos

- (A) da Mesa da Câmara Municipal.
- (B) de qualquer dos membros da Câmara Municipal.
- (C) de direito da soberania popular.
- (D) sobre organização dos serviços administrativos da Câmara.
- (E) de iniciativa comum do Prefeito e Vereador.

23. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Serrana estabelece que à Mesa compete, dentre outras atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara, especialmente, quanto aos trabalhos legislativos,

- (A) determinar abertura de sindicâncias e procedimentos administrativos.
- (B) conceder licenças e gratificações aos servidores da Câmara Municipal.
- (C) pôr em disponibilidade, aposentar ou punir os Vereadores.
- (D) propor privativamente à Câmara projeto de lei que disponha sobre a remuneração dos Vereadores.
- (E) propor privativamente à Câmara projeto de decreto legislativo sobre a remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito.

24. Com relação às Comissões, conforme disciplinado no Regimento Interno da Câmara Municipal de Serrana, assinale a alternativa correta.

- (A) As Comissões Permanentes não têm competência para solicitar informações e colher depoimentos de autoridades ou cidadãos.
- (B) Em todos os projetos de lei, decretos legislativos e resoluções que tramitem pela Câmara, é facultativa a participação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.
- (C) À Comissão de Finanças e Orçamento serão distribuídas a proposta orçamentária, as diretrizes orçamentárias, o plano plurianual e o processo referente às contas do Município, este acompanhado do parecer prévio correspondente, sendo-lhes vedado solicitar audiência de outra Comissão.
- (D) As Comissões Permanentes, ao apreciarem proposições ou qualquer outra matéria submetida ao seu exame, obrigatoriamente deverão opinar sobre os aspectos que sejam ou não de sua atribuição específica.
- (E) Poderão funcionar na Câmara até 6 (seis) Comissões Parlamentares de Inquérito, que serão instaladas da seguinte forma: 04 (quatro) concomitantemente e 2 (duas) em caráter excepcional e por motivo relevante, mediante deliberação em Plenário da maioria simples dos Vereadores.

25. Aos servidores que agirem de acordo com os requisitos estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Serrana, serão deferidas gratificações. Em relação a elas, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao servidor de provimento efetivo ou em comissão poderá ser atribuída uma gratificação de conformidade com o grau de responsabilidade, disponibilidade de horário, complexidade e importância dos trabalhos ou o local de prestação dos serviços.
- (B) Aos servidores ocupantes de cargo de direção, supervisão e chefia deverá ser paga uma gratificação de até 30% (trinta por cento) sobre todos os seus vencimentos.
- (C) Aos servidores designados para exercer função gratificada será devida uma gratificação de até 40% (quarenta por cento) sobre toda a sua remuneração.
- (D) As gratificações de servidores que acumulem as funções de chefia e função gratificada de dois ou mais setores, departamentos ou secretarias serão cumuladas sobre toda a sua remuneração.
- (E) Os servidores designados para exercer função de chefia ou função gratificada e que perceberem as respectivas gratificações, farão jus ao pagamento e adicionais de horas extraordinárias diurnas e noturnas.

26. Têm-se os seguintes recursos para aplicar na edição de um texto.

- I – Formatação em negrito
- II – Localizar e substituir
- III – Alterar a fonte de letra

Considerando os aplicativos Bloco de Notas e WordPad, em um computador com Microsoft Windows 7, em sua configuração original, assinale a alternativa que indica corretamente onde cada recurso, de I a III, pode ser aplicado.

- (A) I – Ambos; II – ambos; III – ambos.
- (B) I – Wordpad, apenas; II – ambos; III – ambos.
- (C) I – Ambos; II – ambos; III – Bloco de Notas, apenas.
- (D) I – Bloco de Notas, apenas; II – WordPad, apenas; III – ambos.
- (E) I – Wordpad, apenas; II – Wordpad, apenas; III – Wordpad, apenas.

27. Tem-se o seguinte documento sendo editado no Microsoft Word 2010, em sua configuração padrão, com uma tabela de 4 linhas e 3 colunas. Observe que o cursor do mouse está posicionado exatamente entre a primeira e a segunda células da segunda linha da tabela, e que a terceira linha tem as 2 primeiras células mescladas.

Assinale a alternativa que apresenta o resultado correto quando o usuário pressionar o botão principal do mouse e, mantendo-o pressionado, arrastar o mouse para a esquerda até o valor 2,5 da régua superior.

- (A)

- (B)

- (C)

- (D)

- (E)

28. Tem-se a seguinte planilha, criada no Microsoft Excel 2010, em sua configuração original.

	A	B	C	D
1	Nome	Cidade	Estado	Valor
2	Ricardo	São Paulo	SP	100
3	Ana Paula	Boa Vista	RR	90
4	Valéria	Mucajai	RR	80
5	Lucas	Araxá	MG	70
6	Rogério	São Paulo	SP	60
7	Isabela	Rio de Janeiro	RJ	50

Assinale a alternativa que contém o resultado correto da função =CONT.SE(C2:C7;"SP") a ser inserida na célula D8.

- (A) SP, SP
- (B) Ricardo, Rogério
- (C) São Paulo, São Paulo
- (D) 2
- (E) 160

29. Considerando uma apresentação com 10 slides no Microsoft PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, sendo que o slide ativo é o slide 10 e ele está oculto, assim como o slide 1 também está oculto, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao pressionar as teclas SHIFT+F5 para iniciar o modo de apresentação, a apresentação inicia-se pelo slide 11.
- (B) Ao pressionar as teclas SHIFT+F5 para iniciar o modo de apresentação, a apresentação inicia-se pelo slide 1.
- (C) Ao pressionar a tecla F5 para iniciar o modo de apresentação, a apresentação inicia-se pelo slide 1.
- (D) Ao pressionar a tecla F5 para iniciar o modo de apresentação, a apresentação inicia-se pelo slide 10.
- (E) Ao pressionar a tecla F5 para iniciar o modo de apresentação, a apresentação inicia-se pelo slide 2.

30. Considerando o termo de pesquisa a seguir, feito no site de pesquisas Google, assinale a alternativa com o resultado correto.

"filmes indicados ao oscar 2018"



- (A) Oscar 2018 | Conheça os filmes indicados - Omelete
<https://www.omelete.com.br/oscar/osca-2018-conheca-os-indicados> ▼
23 de jan de 2018 - A Academia de Artes e Ciências Cinematográficas divulgou hoje (23) os **indicados ao Oscar 2018**. A Forma da Água, de Guillermo del Toro, ...
- (B) Veja a lista de filmes indicados ao Oscar 2018 - Jornal O Globo
<https://oglobo.globo.com > Cutura > Filmes> ▼
Veja a lista de **filmes indicados ao Oscar 2018**. Anúncio acontece na manhã desta terça-feira. O Globo. 23/01/2018 - 11:25 / 04/03/2018 - 16:25. A estátua do...
- (C) Oscar 2018: Filmes indicados retratam o pior da sociedade norte...
noticias.cenoticias.com/8989330?origin=relative&pagelId=10eadf8d-6709... ▼
Oscar 2018: Filmes indicados retratam o pior da sociedade norte-americana. Central das Notícias – Notícias, vídeos, esportes e diversão.
- (D) Veja quando estreiam no Brasil os filmes indicados ao Oscar – EXAME
<https://exame.abril.com.br/.../veja-quando-estreiam-no-brasil-os-filmes-indicados-ao-o...> ▼
Veja quando estreiam no Brasil os **filmes indicados ao Oscar**. Os filmes do Oscar. Ao contrário do que acontece nos EUA, das oito obras que concorrem ao...
- (E) Oscar 2018: Confira a lista completa de indicados! - Notícias de ...
www.adorocinema. > Notícias de Filmes < Notícias cinema: Festivais e premiações ▼
Oscar 2018: Confira a lista completa de indicados! ... completa de **indicados!** Por Taiani Mendes – 23/01/2018 às 11:52 ... MELHOR FILME ESTRANGEIRO.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. A Administração Pública pode ser encarada sob diferentes formas, de maneira a identificar o objeto do chamado “direito administrativo”. A respeito das abordagens existentes quanto às espécies, formas e características da Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) a Administração Pública no sentido subjetivo deve consistir na própria atividade administrativa exercida pelo Estado por seus órgãos e agentes, caracterizando, assim, a função administrativa.
 - (B) a Administração Pública no sentido objetivo consiste no conjunto de agentes, órgãos e pessoas que tenham a incumbência de executar as atividades administrativas, com ênfase sobre o sujeito que executa a função.
 - (C) os órgãos da Administração Pública podem ser classificados em administração direta, indireta, autárquica ou desconcentrada, conforme o grau de autonomia de que gozem o ente em relação à pessoa jurídica de direito público à qual se vinculam.
 - (D) a Administração Pública indireta é formada por entidades que gozam de personalidade jurídica própria, gozando de autonomia patrimonial, financeira, orçamentária e administrativa, e podem adotar, conforme a espécie, regime jurídico predominantemente público ou privado.
 - (E) a Administração Pública é a atividade desempenhada com exclusividade pelo Poder Executivo, com base nas leis que regem a atividade dos seus órgãos e entidades, tais como Ministérios, Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais.
32. São princípios que regem a Administração Pública direta e indireta no Brasil, conforme o *caput* do art. 37 da Constituição:
- (A) impessoalidade, legalidade, publicidade, eficiência e moralidade.
 - (B) liberalismo, igualdade, eficiência, moralidade e publicidade.
 - (C) liberdade, impessoalidade, moralismo, publicidade e eficácia.
 - (D) impessoalidade, legalidade, supremacia do interesse público, transparência e moralidade.
 - (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e igualdade.
33. É correto afirmar com relação ao regime constitucional dos servidores públicos que
- (A) a União, os Estados e os Municípios manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.
 - (B) lei da União disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, vedado o pagamento de adicional ou prêmio de produtividade.
 - (C) são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, sendo, porém, condição para a aquisição da estabilidade a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
 - (D) o Poder Executivo publicará anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos da sua estrutura de cargos e salários, sendo facultado ao Poder Legislativo e Judiciário procederem de igual forma.
 - (E) a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira não poderá ser fixada na forma de subsídio, o qual se aplica apenas aos detentores de mandato eletivo, aos Ministros de Estado e aos Secretários Estaduais e Municipais.
34. O procedimento de licitação poderá ser anulado ou revogado pela autoridade competente, conforme a regra a seguir:
- (A) poderá a autoridade anular a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
 - (B) a declaração de nulidade do contrato administrativo por motivo de ilegalidade na licitação gera obrigação de indenizar o contratado pelas parcelas já executadas, em virtude da proibição do enriquecimento sem causa.
 - (C) o desfazimento do processo licitatório independe de contraditório e ampla defesa, devendo ser realizado *ex officio* pela Administração, em vista de indícios da existência de irregularidades no procedimento.
 - (D) a anulação da licitação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá ser precedida de revogação do processo administrativo, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
 - (E) A nulidade do contrato administrativo induz à nulidade do procedimento licitatório, salvo convalidação do processo pela autoridade, por razões de interesse público superior e mediante parecer escrito.

35. O Município X contratou a empresa de engenharia ABC Ltda. para a realização de obra após regular processo de licitação. Ocorre, porém, que a empresa ABC Ltda. deixou de dar continuidade às obras, por extenso prazo, após a entrega de cerca de 60% do objeto contratado, dando causa à rescisão do contrato previamente assinado, sem culpa para a Administração. O Prefeito do Município está preocupado com o prazo de entrega das obras, que serão vitais para a redução das probabilidades de enchentes causadas pelas costumeiras chuvas de verão. É correto afirmar, nesse contexto, que a contratação do remanescente de obra poderá ser realizada
- (A) mediante nova licitação na qual deverão estar previstas as mesmas condições oferecidas pelo contrato anterior, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido e quanto ao objeto a ser executado.
 - (B) mediante dispensa de licitação, sem prejuízo das eventuais indenizações a serem pagas pela empresa responsável pelo contrato anterior, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
 - (C) mediante inexigibilidade de licitação, por se tratar de evidente caso de contratação por emergência, em decorrência da necessidade de entrega do resultado das obras antes que as chuvas de verão possam comprometer a segurança da vida e do patrimônio dos moradores da cidade.
 - (D) por inexigibilidade por se tratar de caso de inviabilidade de competição, visto já terem sido realizados 60% dos trabalhos previamente contratados e restar justificada a necessidade de entrega da obra antes das chuvas de verão que se avizinham.
 - (E) mediante nova licitação na modalidade pregão, devido a se tratar de obra com características específicas, que demandam detalhamento do objeto mediante projeto executivo devidamente contido entre os documentos da licitação.
36. A respeito das diferentes modalidades de licitação, é correto afirmar que
- (A) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
 - (B) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
 - (C) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa.
 - (D) Pregão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado.
 - (E) Convite é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inseríveis à administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação contido no convite enviado aos interessados previamente cadastrados.
37. Os atos administrativos podem ser modificados, anulados, revogados ou convalidados, conforme o caso, atendendo a alguns cuidados ligados à ideia de segurança jurídica, proteção ao direito adquirido e supremacia do interesse público. A este respeito, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
 - (B) O direito da Administração de revogar os atos administrativos de que decorram efeitos desfavoráveis para terceiros decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados.
 - (C) A faculdade da Administração de convalidar os atos administrativos de que decorram efeitos benéficos para a Administração prescreve em dez anos, contados da data em que foram praticados.
 - (D) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
 - (E) A revogação de ato administrativo, por interessar apenas à Administração, prescinde de publicação para a produção de efeitos, sendo despicienda a prévia intimação do interessado no ato para manifestação.

38. A respeito dos poderes administrativos, é correto afirmar que o poder

- (A) regulamentar, decorrência do poder hierárquico, representa o poder-dever de a Administração Pública punir seus servidores quando cometam faltas.
- (B) de polícia consiste no poder do Estado de editar normas gerais e abstratas que explicam a lei, complementando-a e permitem a sua correta aplicação nos casos concretos.
- (C) moderador é a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, e à disciplina da produção e do mercado.
- (D) disciplinar consiste no poder de regular matéria não contida em lei por meio de decretos autônomos, dentro da esfera de competências do Administrador Público, sendo apenas restrito pelas expressas proibições contidas em lei formal.
- (E) hierárquico compreende para o seu detentor as faculdades de dar ordens, de fiscalizar, de delegar, de avocar, e de rever os atos dos seus subordinados.

39. A respeito do regime de prestação de serviços públicos pelo Estado, é correto afirmar, com base no ordenamento jurídico brasileiro, que

- (A) lei complementar disporá sobre os direitos dos usuários dos serviços públicos.
- (B) incumbe ao poder público diretamente a prestação de serviços públicos, sendo passível de concessão apenas os chamados serviços “quase públicos” ou serviços “privados meritórios”.
- (C) a permissão de serviço público consiste na delegação permanente da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa jurídica, por conta e risco do poder público.
- (D) a prestação de serviços públicos sob concessão ou permissão será precedida de licitação.
- (E) a tarifa do serviço público concedido será fixada pelo Chefe do Poder Executivo, conforme a conveniência administrativa, isto é, dentro do uso do poder discricionário.

40. O controle da Administração Pública pode ser exercido de diferentes formas. No caso dos municípios, a Constituição dedica artigo específico, o qual prevê que

- (A) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle finalístico do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- (B) o controle interno da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas do Município ou dos Conselhos Tutelares, onde houver.
- (C) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (D) as contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.
- (E) é facultada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, para auxílio do Poder Legislativo na função de controle externo.

NOÇÕES DE AUDITORIA

41. Sobre os papéis de trabalho, é correto afirmar que

- (A) o auditor não deve documentar discussões de assuntos significativos com a administração, com os responsáveis pela governança e outros, nem a natureza dos assuntos significativos discutidos, bem como quando e com quem as discussões ocorreram.
- (B) após a montagem do arquivo final de auditoria ter sido completada, o auditor pode apagar e descartar documentação de auditoria de qualquer natureza, mesmo antes do fim do período de guarda dessa documentação.
- (C) o auditor pode incluir resumos ou cópias de registros da entidade (por exemplo, contratos e acordos significativos e específicos) como parte da documentação de auditoria a qual não substitui os registros contábeis da entidade.
- (D) o auditor deve incluir na documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis, notas que reflitam entendimento incompleto ou preliminar, bem como cópias anteriores de documentos corrigidos em decorrência de erros tipográficos.
- (E) explicações verbais do auditor, por si só, não representam documentação adequada para o trabalho executado ou para as conclusões obtidas, bem como não podem ser usadas para explicar ou esclarecer informações contidas na documentação de auditoria.

42. Considerando a disciplina constante da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a renúncia de receitas, é correto afirmar que

- (A) a renúncia não compreende isenções de caráter não geral, bem como outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, tendo em vista que somente medidas de caráter geral têm o potencial de gerar perdas de arrecadação.
- (B) deve o proponente da renúncia demonstrar que esta foi considerada na estimativa de receita na lei orçamentária, podendo, inclusive, afetar as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias, desde que demonstrada a plausibilidade de cumprimento daquelas durante a vigência do plano plurianual.
- (C) o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança sempre implica em renúncia de receitas, tendo em vista que a soma de vários créditos de pequeno valor tem o potencial de gerar grandes receitas.
- (D) a renúncia deve estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, somente entrando em vigor após a implementação destas.
- (E) a renúncia deverá estar acompanhada apenas da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e no ano seguinte, tendo em vista que nos anos posteriores haverá a possibilidade de sua previsão na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual.

DIREITO TRIBUTÁRIO

43. Fato gerador da obrigação acessória é

- (A) qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- (B) a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (C) a atividade administrativa que determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível.
- (D) a declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.
- (E) a incidência de juros e multa pelo não pagamento do tributo no prazo legalmente fixado.

44. O Código Tributário Nacional prevê que o lançamento será efetuado ou revisto de ofício pela autoridade administrativa quando

- (A) houver indício de falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
- (B) possa ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião de lançamento anterior que já tenha sido homologado.
- (C) tiver havido retificação da declaração por iniciativa do contribuinte, aumentando o tributo.
- (D) o sujeito passivo ou terceiro, na forma da legislação tributária, tiver prestado à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato.
- (E) se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou.

45. Determinada empresa, no ano de 2017, deixou de pagar ao Município onde está domiciliada o imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a taxa de coleta de lixo. Os débitos encontram-se vencidos, tendo o Município notificado a empresa a recolher os valores devidos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. A empresa possui algum dinheiro disponível para pagar o Município, mas em montante insuficiente para quitá-los. Realizado o recolhimento dos valores e sendo eles insuficientes para quitar ambos os débitos, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a imputação

- (A) na ordem decrescente dos prazos prescricionais.
- (B) na ordem crescente dos vencimentos.
- (C) primeiramente aos juros e ao principal do imposto.
- (D) na ordem crescente dos montantes.
- (E) primeiramente, à taxa e, posteriormente, ao imposto.

46. Nos termos do Código Tributário Nacional, afirma-se em relação à prescrição e à decadência que

- (A) ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor, interrompe a decadência tributária.
- (B) a prescrição não se interrompe nem se suspende, sendo computada continuamente, desde seu termo inicial.
- (C) o direito da fazenda pública de constituir seu crédito tributário extingue-se em cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, para os tributos sujeitos a lançamento por declaração e de ofício.
- (D) a fazenda pública dispõe do prazo prescricional de cinco anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário, para propor ação judicial para sua cobrança.
- (E) a citação válida do devedor na execução fiscal interrompe a decadência tributária.

47. Determinado Município, necessitando incrementar a receita tributária no ano de 2018, edita lei que permite o cancelamento de multas já lançadas em razão do não pagamento do IPTU nos anos de 2014 a 2017, nos casos em que o contribuinte vier a realizar o pagamento do imposto até a data prevista na lei. Nos termos do Código Tributário Nacional, esta é uma hipótese de

- (A) isenção.
- (B) anistia.
- (C) remissão parcial.
- (D) transação.
- (E) compensação.

48. Pretendendo tornar-se um polo tecnológico, determinado Município concedeu isenção, pelo prazo de cinco anos, do ISSQN incidente sobre os serviços de informática para contribuintes que comprovassem o cumprimento de determinadas condições. Considerando a situação descrita e as disposições constantes do Código Tributário Nacional acerca do tema, é possível afirmar que

- (A) as empresas que prestam serviços de pesquisa e desenvolvimento de qualquer natureza também podem requerer o benefício, pois a norma que concede isenção deve ser interpretada extensivamente.
- (B) a isenção do ISSQN pode ser concedida mediante decreto, desde que a norma seja específica.
- (C) as empresas prestadoras de serviços de informática não estão dispensadas do cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
- (D) a qualquer tempo, o Município poderá revogar ou modificar por decreto a isenção concedida.
- (E) a União poderá, a qualquer tempo, revogar ou modificar a isenção concedida.

CONTABILIDADE

49. A transferência da contabilização de uma obrigação resultante de despesa realizada no exercício atual para o ano subsequente está associada à quebra do princípio da

- (A) universalidade.
- (B) exclusividade.
- (C) totalidade.
- (D) legalidade.
- (E) não vinculação da receita de impostos.

50. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, ocorre o processo de integração entre o planejamento e o orçamento por intermédio da lei

- (A) de diretrizes orçamentárias – LDO.
- (B) do Plano Plurianual – PPA.
- (C) do Orçamento Anual – LOA.
- (D) de Responsabilidade Fiscal – LRF.
- (E) de Licitações Públicas – Lei nº 8.666/93.

51. As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na modalidade de aplicação “91”, que possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais como, por exemplo,

- (A) os convênios com organizações sociais.
- (B) as subvenções a Santas Casas.
- (C) as transferências a instituições privadas.
- (D) as aplicações diretas em combustíveis e lubrificantes.
- (E) as contribuições aos regimes próprios da previdência.

52. Caso ocorra uma inscrição em restos a pagar que fique inferior ao valor real a ser pago, a diferença deve ser

- (A) empenhada e liquidada em dívida ativa.
- (B) empenhada e liquidada em serviços de terceiros.
- (C) liquidada no elemento de despesa próprio.
- (D) empenhada e liquidada em despesas de exercícios anteriores.
- (E) liquidada no mesmo ano da inscrição em custeio.

53. Com a possibilidade de um cancelamento de restos a pagar não processados, tal anulação irá acarretar

- (A) aumento na receita corrente.
- (B) fonte para abertura de créditos adicionais suplementares.
- (C) inscrição na dívida ativa.
- (D) aumento na despesa orçamentária do ano vigente.
- (E) diminuição na receita corrente.

54. O balanço orçamentário público demonstra receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, no entanto, é possível ocorrer uma situação de desequilíbrio quando

- (A) a despesa orçamentária apresentar saldo de dotação.
- (B) a despesa orçamentária prevista for inferior à realizada.
- (C) a receita orçamentária realizada for maior que a prevista.
- (D) a receita orçamentária realizada for igual à prevista.
- (E) os superávits financeiros de anos anteriores virarem créditos adicionais.

55. Entre outras finalidades, as demonstrações contábeis servem para os usuários tomarem as seguintes decisões:
- (A) fiscalizar a lisura dos atos administrativos.
 - (B) avaliar a capacidade de pagar seus empregados e fornecer benefícios.
 - (C) determinar políticas de distribuição de renda.
 - (D) decidir quando e quanto irá aplicar no mercado imobiliário.
 - (E) fazer parte de uma concorrência pública.
56. A contabilização de uma receita pela empresa implica, necessariamente, no aumento
- (A) do Ativo.
 - (B) do Passivo.
 - (C) dos recursos em Caixa.
 - (D) do Patrimônio Líquido.
 - (E) do Investimento.
57. De acordo com as regras atuais da contabilidade, o ativo não circulante é composto pelo(s)
- (A) ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
 - (B) ativo permanente, investimentos, imobilizado e intangível.
 - (C) investimentos, imobilizado, intangível e diferido.
 - (D) ajustes presentes, investimentos, imobilizado e intangível.
 - (E) realizável, ativo permanente e intangível.
58. Os livros Diário e Razão são obrigatórios, de acordo com a legislação comercial, no entanto, o livro Razão
- (A) não precisa obedecer a ordem cronológica.
 - (B) independe das informações dos demais livros.
 - (C) dispensa autenticação e registro público.
 - (D) é o único responsável em garantir as formalidades intrínsecas.
 - (E) é mais importante do que o Diário, para efeito de controle interno.

59. O que determina a classificação do curto e longo prazo na contabilidade de uma empresa de fabricação de navios é

- (A) o ciclo operacional da empresa.
- (B) o ano fiscal.
- (C) a data de criação da empresa.
- (D) o exercício social.
- (E) o calendário gregoriano.

60. Quando a representação gráfica a seguir é a situação patrimonial da empresa, pode-se considerar que

Ativo	Passivo
PL	

- (A) a empresa encontra-se em situação confortável.
- (B) a empresa está com PL positivo, somado ao Ativo.
- (C) a empresa está com PL positivo.
- (D) o Ativo da empresa é igual ao Passivo mais PL.
- (E) o Passivo da empresa está a descoberto.

